



Presidente do TCE-RJ é levado para depor

Jonas Lopes de Carvalho Júnior é alvo de condução coercitiva em operação da PF

Constança Rezende / RIO

O presidente do Tribunal de Contas do Rio (TCE-RJ), Jonas Lopes de Carvalho Júnior, foi alvo ontem da Operação Descontrole. Ele foi conduzido coercitivamente por policiais federais para prestar esclarecimentos em investigação relacionada à Operação Lava Jato sobre corrupção passiva e lavagem de dinheiro, entre outros crimes.

Carvalho Júnior foi citado em acordo de delação por executivos da construtora Carioca Engenharia, que o acusaram de solicitar vantagem indevida para aprovação de obras.

A Descontrole é resultado de investigação da força-tarefa da Lava Jato no Rio. Foi feita a pedido da Procuradoria-Geral da República e autorizada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). A autorização do STJ era necessária porque Carvalho Júnior,

por ser conselheiro de uma corte de contas, tem direito a foro privilegiado.

O filho do presidente, o advogado Jonas Lopes de Carvalho Neto, e um suposto operador do esquema, Jorge Luiz Mendes Pereira da Silva, o Doda, também foram conduzidos por agentes da Polícia Federal para depor. Silva já tinha sido citado em outro acordo de colaboração, por executivos da Andrade Gutierrez, como suposto responsável por receber valores em espécie de 1% do total das obras por ordem de conselheiros do TCE-RJ, que seriam os destinatários da propina. Esses conselheiros ainda não teriam sido identificados.

De acordo com a delação do executivo Leandro Andrade, da Odebrecht, revelada antontem pelo programa *Fantástico*, da TV Globo, Carvalho Júnior teria pedido dinheiro para aprovar o edital de concessão do Ma-



'Descontrole'. O presidente do TCE-RJ, Jonas Lopes de Carvalho Júnior, deixa a sede da PF após prestar depoimento

racanã e as contas da Linha 4 do metrô. Segundo o programa, em 2013, Wilson Carlos, então secretário de Governo de Sérgio Cabral, avisou à empreiteira que o edital do Maracanã havia sido enviado ao TCE e que a empresa deveria procurar Carvalho Júnior. Segundo Leandro Azevedo, ele e o presidente do TCE teriam acertado o pagamento de R\$ 4 milhões em quatro parcelas de R\$ 1 milhão.

A “contrapartida era absolutamente clara”, afirmou o delator. Em troca do pagamento, o TCE aprovaria o edital da concessão do Maracanã. A primeira parcela teria sido paga em 10 de

fevereiro de 2014 ao filho, Carvalho Neto, no escritório de advocacia dele.

Ontem, também foram cumpridos dez mandados de busca e apreensão – nove no Estado do Rio de Janeiro e um em Minas Gerais. Um deles foi cumprido no escritório de advocacia de Jonas Neto, Lopes de Carvalho & Pessanha; outro, na sede do TCE, na Praça da República.

Quarenta policiais federais participaram das buscas.

Carvalho Júnior chegou por volta das 7h40 à sede da PF no Rio. Ele foi levado pelos policiais de sua residência, em Ipanema, na zona sul da capital fluminense. Só saiu após as 16h40. Não foi divulgado oficialmente o teor de seu depoimento nem os dos outros dois conduzidos coercitivamente.

Defesas. O conselheiro e o TCE-RJ não haviam se pronunciado ontem sobre o episódio até a conclusão desta edição. A defesa de Doda não foi localizada.

O escritório Lopes de Carva-

lho & Pessanha divulgou nota afirmando desconhecer “o motivo das notícias veiculadas sobre suposta delação que envolve seu nome”. Também afirmou que a busca no escritório se restringiu a um computador pessoal “e poucos documentos, mantido o sigilo de todos os clientes não relacionados com a operação”.

“O escritório nada teme quanto à apuração, não atua no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e protesta contra a violação profissional, afirmando que tomará as medidas legais necessárias”, informou a nota do escritório.



Facebook.
Curta a página da
Política

facebook.com/politicaestado